

# Sumário Executivo

A Amazônia encontra-se em um ponto de inflexão. A contínua extração de petróleo e gás, grande responsável pelo desmatamento, levará o bioma – essencial para a mitigação da mudança climática, além de lar de mais de 400 nacionalidades Indígenas que o defendem e dele dependem – à beira de um colapso irreversível. A Amazônia é um dos últimos locais no mundo a ver uma expansão na exploração ou na produção de petróleo, particularmente quando os imperativos do Acordo Climático de Paris deixam claro que não deve haver expansão na extração de combustível fóssil em nenhum lugar.

Mesmo assim, a exploração e a produção de petróleo e gás continuam a se expandir, abrindo caminho em paisagens intactas e florestas primárias, causando a perda da biodiversidade, violando os direitos dos povos Indígenas e fazendo com que a poluição e a corrupção proliferem. Muitos bancos continuam a financiar empresas e comerciantes de petróleo e gás em atuação na Amazônia, mesmo adotando políticas destinadas à avaliação desses riscos socioambientais em suas decisões financeiras e de investimento. Para piorar a situação, as implicações climáticas dessas práticas financeiras são incompatíveis com a resolução científica de manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C, em um momento em que a Agência Internacional de Energia (AIE) pede o fim da expansão da exploração de petróleo e gás em escala global.<sup>1</sup>

Em agosto de 2020, a Stand.earth e a Amazon Watch publicaram um relatório que responsabiliza os bancos europeus por financiarem o comércio de petróleo amazônico nas cabeceiras do Amazonas no Equador e no Peru, apesar de políticas que, em aparência, excluem esse financiamento. Essa denúncia levou as seis principais credoras a assumir o compromisso de manter suas políticas de Risco Socioambiental (ESR) e cessar o financiamento a esse setor. À medida que travamos diálogo com esses e outros bancos, descobrimos outras questões, brechas e relações, culminando na identificação de quatorze bancos, na Europa e nos EUA, envolvidos na indústria de petróleo presente em diversas partes da bacia amazônica, aparentemente em contradição com seus compromissos e políticas de sustentabilidade.

A tabela abaixo foi elaborada a fim de avaliar e classificar as iniciativas dos bancos na implementação de estruturas de gestão do clima e de ESR na Amazônia. O objetivo é classificar o desempenho de cada banco e seu risco associado quanto à cumplicidade na destruição da Amazônia, tendo como base a eficácia de sua gestão de risco em comparação

com uma avaliação da sua atual exposição ao risco em relação a finanças e investimentos nas 90 maiores empresas de petróleo e gás em atuação na Amazônia, bem como quaisquer controvérsias relacionadas. Os bancos que já adotaram medidas para excluir o financiamento do comércio de petróleo amazônico são os pioneiros nesse tipo de iniciativa; porém, nossa pesquisa deixa claro que nenhum deles ainda pode se acomodar nos compromissos assumidos a ponto de se sentirem confiantes de que essa gestão dos riscos e exposições é suficiente. Todos os bancos citados nesta tabela receberam uma cópia de sua classificação inicial e tiveram a oportunidade de se pronunciar. Em boa parte dos casos, esses esclarecimentos melhoraram sua posição.

Tabela 1. Posições, pontuações e níveis de risco correspondentes dos bancos analisados.

<b>POSIÇÃO</b>	<b>BANCO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>	<b>% DA PONTUAÇÃO</b>	<b>NÍVEL DE RISCO</b>
1	RABOBANK	<b>B</b>	70%	MODERADO
2	ABN AMRO	<b>B-</b>	68%	MODERADO
3	ING	<b>B-</b>	66%	MODERADO
4	BNP PARIBAS	<b>C-</b>	54%	ALTO
5	SOCIÉTÉ GÉNÉRALE	<b>D</b>	45%	ALTO
6	UBS	<b>D</b>	45%	ALTO
7	CREDIT SUISSE	<b>D</b>	44%	ALTO
8	CREDIT AGRICOLE	<b>D</b>	40%	ALTO
9	NATIXIS	<b>F</b>	39%	MUITO ALTO
10	CITIGROUP	<b>F</b>	38%	MUITO ALTO
11	GOLDMAN SACHS	<b>F</b>	37%	MUITO ALTO
12	DEUTSCHE BANK	<b>F</b>	32%	MUITO ALTO
13	HSBC	<b>F</b>	30%	MUITO ALTO
14	JPMORGAN CHASE	<b>F</b>	29%	MUITO ALTO

Observamos que, embora a maior parte dos bancos possua estratégias climáticas para zerar as emissões líquidas de carbono até 2050, com a meta presumida de se manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C, essas instituições ainda não estabeleceram metas sólidas de descarbonização para suas carteiras de financiamento e investimentos. Ao mesmo tempo, os bancos desejam continuar custeando o setor de petróleo e gás. Eles afirmam valer-se de seu poder de financiamento e investimento para mobilizar clientes e empresas de petróleo e gás

investidas para que esses grandes poluidores reduzam a intensidade de suas emissões de carbono, em vez de recorrer a desinvestimentos ou exclusões. Mas sem metas para suas carteiras, os bancos não sabem por quanto tempo podem continuar investindo recursos na indústria de petróleo e gás antes que um cenário de 1,5 °C se torne inexecutável. Os dados inequívocos da IEA, do Instituto Ambiental de Estocolmo e do Programa Ambiental da ONU indicam que nenhuma expansão na produção é consistente com um cenário de 1,5 °C, e que as empresas devem se planejar para reduções na produção e nas emissões em geral, e não se concentrarem apenas em melhorias na intensidade das emissões.<sup>2</sup> **Não há como evitar o desastre climático sem que cessem imediatamente todos os investimentos na produção de combustível fóssil.**

No entanto, a menos que os bancos tomem ações decisivas hoje, seguirão apoiando atividades que destroem a floresta amazônica e o clima e que violam os direitos dos povos indígenas em ritmo crescente. Compromissos de desmatamento zero e exclusões por desmatamento podem ajudar os bancos a administrar o risco de que seus financiamentos e investimentos causem danos florestais. Mas, para a maioria dos bancos, até mesmo essas intervenções (que nem sempre são implementadas de maneira eficaz) deixam de abarcar o setor de petróleo e gás. Estradas para o petróleo e o gás fragmentam florestas intactas, abrindo caminho para mais desmatamento industrial e poluição.<sup>3</sup> Se os bancos levam a sério a proteção da biodiversidade, então não podem permitir que suas decisões de financiamento e investimento fomentem atividades extrativas que causam desmatamento e degradação ambiental, seja dentro ou fora das áreas protegidas. Mas as exclusões por políticas de biodiversidade dos bancos analisadas nesta tabela geralmente se limitam a áreas protegidas já existentes e legalmente definidas, e não incluem territórios indígenas, que têm um papel crucial a desempenhar na conservação da Amazônia. Quase metade (45%) das grandes áreas florestais da bacia amazônica se encontram dentro de terras indígenas.<sup>4</sup> A análise da tabela mostra que mesmo com as melhores políticas de biodiversidade, grande parte da Amazônia ainda está aberta para negócios.

Quando os bancos incluem cláusulas de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) em suas políticas, estas em geral se concentram em fazer uma triagem nos projetos com um processo de CLPI antes que sejam tomadas decisões de financiamento. No entanto, os bancos adotam uma definição restrita de consentimento, que permite que a consulta ou a compensação tenham o mesmo peso que o consentimento. O consentimento prévio e informado é fundamental para o CLPI, e os indígenas devem ser capazes de fornecê-lo, alterá-lo ou retirá-lo, do contrário esse consentimento não será livre. Marlon Vargas, presidente da Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE) alertou: “Por muito tempo, a indústria petrolífera tem causado estragos para nossos povos indígenas, violado nossos direitos, derrubado nossas florestas, confiscado nossos territórios e criado o caos climático que está levando a Amazônia ao colapso. Os bancos que financiam essa destruição são cúmplices da ameaça genocida aos nossos povos e da ameaça à própria

existência da humanidade e do nosso planeta. Pedimos a todas as instituições que subsidiam a extração e o comércio de petróleo na Amazônia que tomem decisões enérgicas no sentido de cessar o financiamento da poluição ambiental e das mudanças climáticas. Esses investimentos devem ser baseados em alternativas econômicas sustentáveis para nossos países e comunidades”.

Os bancos também precisam da contribuição das partes interessadas, especialmente das comunidades Indígenas de linha de frente. Porém, muito poucas instituições têm procedimentos adequados e acessíveis de assistência e resolução para tratar de queixas envolvendo violações de suas políticas de Risco Socioambiental. **Observamos que os bancos estão sendo complacentes, repassando o ônus às partes interessadas com menor poder e meios para denunciar problemas, sem uma política clara sobre como suas vozes serão ouvidas ou se as indenizações serão justas.** Ao esperar que as partes interessadas soem o alarme, os bancos mantêm abertas as lacunas na implementação de políticas, fazendo com que as comunidades de linha de frente sofram os impactos negativos dos danos à Amazônia.

Quando a questão é a poluição e a corrupção, nossa análise aponta que os bancos têm políticas de Risco Socioambiental ainda mais frágeis em comparação com outras questões intersectoriais, como direitos humanos e biodiversidade. Poluição e corrupção são mais frequentemente considerados problemas com a forma como uma empresa é regida (sua conduta frente aos negócios), e esses problemas são os menos prováveis de todas as principais ameaças à Amazônia de abarcarem exclusões. Várias empresas importantes, mas com históricos recentes de corrupção e poluição, seguem recebendo financiamentos e investimentos desses bancos, apesar de estes indicarem que o currículo dessas empresas dificultaria, ou até mesmo impossibilitaria fazer negócios com elas.

Além disso, a pesquisa mostra que os bancos analisados têm um grande ponto cego no que diz respeito a suas práticas de empréstimo. Eles criam empréstimos sindicalizados renováveis (linhas de crédito rotativo ou RCFs), que chegam a bilhões de dólares, para seus clientes que comercializam petróleo, mas sem supervisão adequada sobre como o dinheiro será gasto. As empresas petrolíferas poderiam gastá-lo em qualquer investimento que coubesse na designação de “objetivo geral da empresa”, sem o escrutínio suficiente dos bancos para se detectar riscos ambientais e sociais ou práticas comerciais insidiosas. Investigações recentes do Departamento de Justiça dos Estados Unidos revelaram mais de uma década de suborno e corrupção em empresas nacionais de petróleo no Brasil e no Equador, instituídos por petrolíferas como Gunvor e Vitol, que desviaram grandes somas desses países ricos, ao mesmo tempo que permitiam que as economias do país passassem por um ciclo de endividamento crescente.<sup>5</sup>



Figura 1: Gráfico de dispersão das pontuações dos bancos e risco geral relacionado de destruição da Amazônia

Nessa tabela, os bancos são categorizados de acordo com suas pontuações de gestão de risco (positiva) e exposição ao risco (negativa), e recebem uma nota e uma classificação para seu risco geral de destruição da Amazônia. Os bancos Pioneiros são signatários de mais compromissos de clima e sustentabilidade, e por mais tempo, e divulgam mais informações do que outros bancos – sugerindo que a transparência é fundamental. Os bancos Concorrentes têm boas políticas, mas suas exposições indicam uma incongruência entre “discurso” e “prática” que precisa ser corrigida. Os bancos Seguidores têm políticas abaixo da média, mas não possuem tanta exposição na Amazônia, portanto poderiam assumir um papel de liderança se fortalecessem seus compromissos e suas políticas. Finalmente, os bancos Retardatários não possuem políticas em vigor e também estão altamente expostos. Alguns bancos, como o Natixis, já estão adotando mudanças para melhorar sua pontuação até abril de 2021, excluindo o financiamento do petróleo da Amazônia equatoriana.

Esses mesmos bancos que foram incapazes de criar e implementar políticas de proteção à Amazônia também têm exclusões financeiras para o petróleo *onshore* e *offshore*, destinadas a proteger o alto valor da biodiversidade da região e sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. A lógica que conduziu à criação de exclusões árticas pode e deve ser aplicada à Amazônia.

Ambos os ecossistemas têm limites ambientais baseados nas condições climáticas, como temperatura e precipitação. Por exemplo, a bacia amazônica produz sua própria chuva. Esse grande ato de autossuficiência depende da extensão e da interligação da floresta tropical. Por isso, à medida que decrescem o número de grandes copas de árvores cai também a quantidade de chuva produzida ali – até um ponto de inflexão após o qual o ecossistema não conseguirá se manter. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2019) define ponto de inflexão como aquele onde se alcança a "irreversibilidade – como a degradação de ecossistemas que não podem ser restaurados à sua linha de base original"; Boers et al (2017) oferecem uma definição mais ousada, que esclarece o escopo do problema: “a possibilidade de todo o ecossistema de morrer em decorrência do desmatamento de apenas partes da floresta”.<sup>6</sup> Lovejoy e Nobre (2019) sustentam que “um ponto de inflexão para o sistema amazônico se transformar em ecossistemas não florestais no leste, sul e centro da Amazônia pode ocorrer com 20-25% de seu desmatamento”.<sup>7</sup> Em maio de 2021, o desmatamento na Amazônia atingiu uma marca recorde.<sup>8</sup>

A tabela aponta que a única solução real para enfrentar o risco de destruição da Amazônia é a exclusão do petróleo e do gás da Amazônia dos portfólios dos bancos, abrangendo todo o bioma amazônico (ver definição de bioma na página 23), além da criação de uma estratégia de saída que omita financiamentos e investimentos, primeiro para novas expansões, depois para comerciantes de petróleo e, finalmente, para toda a indústria de petróleo e gás no bioma amazônico. A IEA propõe que não haja nenhuma nova expansão de petróleo e gás em escala global, e as organizações indígenas e ONGs aliadas também demandam medidas urgentes de proteção para impedir que a Amazônia continue nessa trajetória destrutiva em direção ao “ponto de inflexão”. À medida que se multiplicam as acusações de corrupção no comércio de petróleo na Amazônia, diminuem as justificativas dos bancos para não darem esse passo.

---

### Photo captions

1. Criança que vive perto de local com poluição da Chevron/Texaco na Amazônia equatoriana nasceu com uma deficiência física, legado da poluição tóxica para gerações de equatorianos. 2005. ©Lou Dematteis
2. Contaminação de petróleo bruto escorre emana da terra no poço “remediado” Shushufindi 27, operado pela Chevron/Texaco, a poucos metros da residência da família Chomba na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch
3. Uma torre de queima de gás no depósito de resíduos de petróleo Shushufindi 27, na Amazônia equatoriana ©Amazon Watch
4. Os povos Indígenas equatorianos, juntamente com defensores e funcionários do governo – entre eles o vice-presidente equatoriano, Lenin Moreno – soletram "Viva Yasuni" no

Parque Nacional Yasuni, em 5 de julho de 2007, no lançamento de uma campanha para salvar o parque, localizado na região amazônica do Equador, da exploração petrolífera. O presidente do Equador, Rafael Correa, está buscando apoio financeiro internacional para seu plano pioneiro de abandonar a extração de petróleo em uma das áreas de maior diversidade biológica do mundo. Foto de Lou Dematteis/Spectral Q/Redux

5. Barris de petróleo abandonados no Equador. ©Amazon Watch
6. Resíduos de petróleo no Equador. ©Amazon Watch
7. Vidal Masachi, de 56 anos, sofreu com diversos problemas de saúde por viver nas proximidades da Estação Sur-Oeste, na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch
8. Derramamento de petróleo em San Carlos, Equador, 2010. ©Amazon Watch
9. San Carlos, Equador, uma comunidade organizada em torno da produção petrolífera e com uma das maiores taxas de incidência de câncer do país. ©Amazon Watch
10. Petróleo bruto emana do poço Shushufindi 61, que foi abandonado pela Chevron/Texaco e nunca remediado. ©Amazon Watch
11. O rio Napo atravessa a Amazônia equatoriana. Em abril de 2020, o maior derramamento de petróleo em 15 anos ocorreu em suas águas, afetando milhares de populações Indígenas. ©Amazon Watch
12. Um oleoduto passa em frente à residência da família Yela, a 500 metros do poço de petróleo Aguarico 4, não remediado, abandonado pela Chevron/Texaco nos arredores de Lago Agrio, Equador. ©Amazon Watch
13. Dossel da Amazônia equatoriana. © Amazon Watch
14. Os campos de cacau no Equador compartilham o mesmo trecho de floresta em que Donald Macyao passa vários de seus dias fazendo incursões em locais com resíduos tóxicos de petróleo.
15. Comunidade Indígena na Amazônia equatoriana. © Amazon Watch
16. Homem Indígena navega em sua canoa por um rio na Amazônia equatoriana ©Amazon Watch
17. Pássaros sobrevoam a Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch
18. Maria Aguinda, autora principal do processo Aguinda v. Chevron, mostra parte do petróleo bruto que segue contaminando a Amazônia equatoriana 35 anos depois de ter sido derramado. ©Amazon Watch
19. Homem Indígena percorre de barco a Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch

20. O rio Capahuari atravessa o território indígena Achuar, na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
21. Um homem Waorani, Equador, 2013 ©Amazon Watch/Caroline Bennett
22. Infraestrutura de oleodutos na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch
23. Crianças Waorani na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
24. Ancião Kichwa da comunidade de Sarayaku, Equador. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
25. Arco-íris brilha na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
26. Família indígena na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
27. Comunidade Achuar no Peru marcha em protesto contra as operações da PetroPeru, 2013. ©Amazon Watch
28. Criança Waorani na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch
29. Crianças Waorani de mãos dadas às margens de um rio na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch
30. Pôr do sol na Amazônia equatoriana. ©Amazon Watch
31. A Marcha do Povo pelo Clima nas ruas de Lima, Peru, 2013. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
32. O rio Bobonaza atravessa a comunidade Kichwa de Sarayaku, Equador. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
33. Uma barcaça de petróleo no norte da Amazônia peruana. ©Amazon Watch
34. Povos indígenas do Equador protestam na Marcha do Povo pelo Clima nas ruas de Lima, Peru, 2013. ©Amazon Watch/Caroline Bennett
35. Barris contendo produtos químicos tóxicos em local de derramamento de petróleo no norte da Amazônia peruana, em 2013. A PetroPeru, empresa responsável pelo vazamento, contratou dezenas de Indígenas locais na tentativa de fazer desaparecer rapidamente as evidências do derramamento. Os trabalhadores receberam pouca ou nenhuma proteção, ficando expostos à contaminação, e lhes foram dados dispersantes tóxicos. ©Amazon Watch
36. Barcaça de petróleo com os dizeres "Perigo, combustível, proibido fumar" próximo a um local de operação da PetroPeru, na Amazônia peruana. ©Amazon Watch
37. Local de operação da PetroPeru na Amazônia peruana. ©Amazon Watch



38. Remanescentes da “remediação” marcam um recente derramamento de petróleo nas proximidades de Cuninico, uma comunidade indígena Kukama no rio Marañon, no norte da Amazônia peruana. Em um período de seis meses em 2013, cinco derramamentos de óleo distintos ocorreram por conta de rompimentos no oleoduto da Petroperu, no norte do Peru. ©Amazon Watch
39. Local de operações petrolíferas próximas ao rio Marañon, no norte da Amazônia peruana. ©J. Yurasek
40. Resíduos de petróleo nas proximidades do rio Marañon, no norte da Amazônia peruana. ©J. Yurasek
41. Resíduos de petróleo nas proximidades do rio Marañon, no norte da Amazônia peruana, resultado de um vazamento no oleoduto da PetroPeru no norte do Peru, 2013. ©J. Yurasek
42. Trabalho de remediação no rio Marañon, no norte da Amazônia peruana em 2013. Naquele ano, cinco vazamentos distintos foram causados por rompimentos no oleoduto da Petroperu no norte do Peru. ©J Yurasek
43. Resíduos de petróleo nas proximidades do rio Marañon, no norte da Amazônia peruana. ©J. Yurasek
44. Barris de petróleo no Equador. ©Amazon Watch
45. Fotos feitas por drone registram danos ambientais em Xingu e Kayapó, Brasil ©Midia India
46. Povos indígenas marcham em El Coca, no Equador, no aniversário de um ano do derramamento de petróleo ocorrido em 7 de abril de 2020 nos rios Coca e Napo, e que ainda não foi devidamente remediado. Local: El Coca, Equador Crédito: Amazon Watch

###

**PRESS RELEASE**

COMUNICADO DE IMPRENSA, EMBARGADO ATÉ XX, QUINTA-FEIRA, 08/07/2021

## **Relatório: Bancos mundiais falham ao financiarem os investimentos em petróleo e gás na floresta amazônica**

*Os bancos continuam altamente expostos ao risco de fomentar a corrupção, as violações dos direitos humanos e os danos ambientais, apesar de seus compromissos; grupos de defesa demandam o fim de novos financiamentos até 2022 e dos financiamentos existentes até 2025*

SÃO FRANCISCO – Foram divulgados hoje uma nova tabela e um novo relatório, elaborados pelos grupos de defesa ambiental [Stand.earth](https://www.stand.earth) e [Amazon Watch](https://www.amazonwatch.org), reprovando os bancos mundiais pelo financiamento da indústria de petróleo e gás na floresta amazônica. As análises revelam que, apesar dos compromissos de sustentabilidade e dos processos de triagem quanto à gestão de risco, os bancos continuam altamente expostos aos riscos associados ao financiamento da corrupção, das violações dos direitos humanos, dos danos ambientais – e, em última instância, do caos climático – por conta de suas relações contínuas com empresas e comerciantes que operam na região.

*“Nossa pesquisa revela que as estruturas de risco ambiental e social das quais os bancos dependem são inerentemente falhas. Os bancos podem seguir o que consideram as melhores práticas de Risco Socioambiental (ESR), mas essas políticas têm brechas que permitem que o dinheiro continue a fluir para as empresas envolvidas na expansão da exploração de petróleo, no desmatamento, na destruição da biodiversidade, na poluição, na corrupção e na violação dos direitos dos povos Indígenas. Para falar claramente, os bancos estão reprovados por conta de suas políticas atuais de Risco Socioambiental. Essas políticas não gerenciam os riscos de forma adequada, não são sólidas o suficiente para evitar a destruição da Amazônia e não atendem à necessidade urgente de cessar a expansão da exploração dos combustíveis fósseis em escala global”, afirma **Angeline Robertson, Pesquisadora Investigativa Sênior do Stand.earth Research Group e uma das principais autoras do relatório.***

**Leia o relatório:** <https://www.stand.earth/BankingOnAmazonDestruction>

**Fotos e gráficos:** <https://photos.app.goo.gl/heEXhJAYvibNHQZ66>

Este novo relatório, intitulado “O Financiamento da Destruição da Amazônia”, vem na esteira de uma [investigação de agosto de 2020](#), que identificou os bancos europeus responsáveis por financiar o comércio de petróleo da Amazônia nas cabeceiras do Equador e Peru. Isso fez com que parte dos principais bancos assumissem compromissos para cumprir suas políticas e

cessar o financiamento do comércio na região. No entanto, a investigação de 2020 também revelou relações adicionais entre bancos, empresas de petróleo e comerciantes de petróleo em contradição com as políticas de Risco Socioambiental dos bancos e processos de triagem de gestão de risco na floresta amazônica, tomada de forma mais ampla.

## PONTUAÇÃO DOS BANCOS E PRINCIPAIS DESCOBERTAS

O relatório avaliou as políticas de Risco Socioambiental dos bancos (gestão de risco) versus seu financiamento e investimento na Amazônia (exposição ao risco), dando a cada banco pontuações positivas e negativas, então combinadas em uma classificação de risco geral que classifica o potencial desses investimentos e financiamentos contribuir com a destruição da Amazônia. **Rabobank, ABN Amro e ING** têm risco “moderado”; **BNP Paribas, Credit Suisse, UBS, Société Générale e Crédit Agricole** têm risco “alto”; e **Natixis, Citigroup, JP Morgan Chase, Goldman Sachs, Deutsche Bank e HSBC** têm risco “muito alto”. Todos os bancos receberam um resumo de sua pontuação e tiveram a oportunidade de responderem antes da divulgação do relatório. Entre as principais descobertas estão:

- **BNP Paribas, Credit Suisse, Goldman Sachs, JPMorgan Chase, Crédit Agricole, Deutsche Bank e UBS** detêm centenas de milhões de dólares em títulos emitidos para a PetroAmazonas, a unidade de exploração de petróleo da estatal petrolífera do Equador, a PetroEcuador. A PetroAmazonas lidera a expansão do petróleo no Parque Nacional Yasuní, uma Reserva da Biosfera da UNESCO, onde o processo de construção de estradas para o acesso a novos locais de perfuração de petróleo costuma fomentar o desmatamento, além de levar a perfuração até a porta dos povos indígenas que vivem em isolamento voluntário. A empresa é responsável por milhares de derramamentos de petróleo na última década.
- O **JPMorgan Chase** e o **Deutsche Bank** têm avançado com passos de tartaruga na implementação de políticas sólidas quanto ao Risco Socioambiental, inclusive na Amazônia. O JPMorgan Chase é o maior financiador da indústria de combustíveis fósseis do mundo e continua a financiar a Petrobras, estatal petrolífera brasileira, considerada uma das maiores empresas de expansão de combustíveis fósseis em todo o mundo.
- O **Credit Suisse** continua a financiar o comércio de petróleo da região de Putumayo, na Amazônia colombiana, que enfrenta forte resistência indígena e uma repressão policial brutal, apesar das políticas existentes para a biodiversidade e os direitos humanos que indicam claramente que a instituição não deveria investir na região.

- **Société Générale, ABN AMRO, Citi, Crédit Agricole, Credit Suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, ING, Rabobank e UBS** fornecem financiamento por meio de linhas de crédito rotativo para comerciantes de petróleo questionáveis, como Gunvor e Vitol, operadoras implicadas recentemente em escândalos de suborno. Isso ocorre apesar de todos os bancos terem políticas anticorrupção, mas apenas considerando um risco para os negócios, e não incluindo em suas estruturas de Risco Socioambiental.

Desde que o texto do relatório foi finalizado, os investigadores da Amazon Watch tomaram conhecimento de que o **JPMorgan Chase** e o **Credit Suisse**, juntamente com outro banco não listado neste relatório, ajudaram recentemente a providenciar a emissão de um título de 150 milhões de dólares para a GeoPark, empresa de petróleo chilena atualmente em operação na Amazônia colombiana e que [supostamente](#) está financiando grupos paramilitares para garantir a continuidade de sua atuação nos territórios de grupos indígenas que contrários a suas atividades petrolíferas.

## **SINAL VERMELHO SOBRE EXCLUSÕES, LINHAS DE CRÉDITO ROTATIVO**

O apelo veemente da Agência Internacional de Energia para que países no mundo todo cessem os investimentos em nova produção de combustível fóssil ressalta a necessidade de os bancos tomarem medidas mais rigorosas para descarbonizar suas carteiras de investimentos. No entanto, o relatório revela que a maioria dos bancos continua a se valer de políticas que não restringem a expansão do petróleo na Amazônia, preferindo, em vez disso, “dobrar” as empresas petrolíferas em vez de cortar investimentos.

O relatório identificou que muitos bancos carecem de **exclusões de desmatamento** que incluem o setor de petróleo e gás, e suas **exclusões de biodiversidade** se concentram em áreas tradicionalmente protegidas, como locais do Patrimônio Mundial da UNESCO, ignorando o papel vital que os territórios indígenas desempenham na proteção da biodiversidade. E apesar de um longo legado de poluição da indústria de petróleo e gás na Amazônia, o relatório revela apenas três bancos com **exclusões de poluição**. O relatório também sinaliza pontos cegos adicionais nas políticas de empréstimos dos bancos: o uso de **linhas de crédito rotativo**, a falta de **consentimento indígena** e **processos de reclamação** inadequados.

- Os bancos fornecem linhas de crédito rotativo que chegam a bilhões de dólares para seus clientes do setor petrolífero, mas nem sempre questionam como o dinheiro será gasto, o que significa que os clientes podem financiar projetos, transações e

empresas que de outra forma não passariam no processo de triagem de Risco Socioambiental dos bancos.

- Mesmo quando os bancos fazem a triagem sobre o **Consentimento Livre, Prévio e Informado** (CLPI), eles geralmente deixam de reconhecer que os povos indígenas devem ser capazes de fornecer, alterar ou retirar o consentimento a qualquer momento – do contrário, ele não é livre.
- Poucos bancos têm **processos de reclamação** adequados e acessíveis para tratar de violações de suas políticas e, quando têm, colocam a carga sobre outras partes interessadas – muitas das quais com menor poder e menos recursos financeiros – para fazer denúncias.

*“Por muito tempo, a indústria petrolífera tem causado estragos para nossos povos Indígenas, violado nossos direitos, derrubado nossas florestas, confiscado nossos territórios e criado o caos climático que está levando a Amazônia ao colapso. Os bancos que financiam essa destruição são cúmplices da ameaça genocida aos nossos povos e da ameaça à própria existência da humanidade e do nosso planeta. Pedimos a todas as instituições que subsidiam a extração e o comércio de petróleo na Amazônia que tomem decisões enérgicas no sentido de cessar o financiamento da poluição ambiental e das mudanças climáticas. Esses investimentos devem ser baseados em alternativas econômicas sustentáveis para nossos países e comunidades”, disse Marlon Vargas, presidente da Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE).*

## **A AMAZÔNIA NO PONTO DE INFLEXÃO**

A floresta amazônica está se aproximando de um ponto de inflexão por conta da degradação maciça desse ecossistema interconectado. Os cientistas definem ponto de inflexão como o momento em que ocorre um tal desmatamento que a Amazônia não é mais capaz de se manter, o que causará a morte de toda a floresta tropical. **Devido à natureza avultante dessas ameaças, que teriam implicações enormes na região e no clima global, os grupos de defesa Stand.earth e Amazon Watch reivindicam:**

- O compromisso imediato para que não haja novos financiamentos e investimentos em petróleo e gás no bioma Amazônia até o final de 2021.

- Extensão das exclusões existentes de financiamento do comércio de petróleo amazônico para todo o bioma Amazônia até o final de 2021.
- O compromisso de cessar todos os empréstimos, cartas de crédito e linhas de crédito rotativo para todos os comerciantes de petróleo (especialmente aqueles envolvidos em polêmicas de corrupção) ativos para o bioma Amazônia o mais breve possível ou, no mais tardar, até o final de 2024.
- O compromisso de cessar todos os financiamentos e investimentos atuais em petróleo e gás no bioma Amazônia o mais rápido possível ou, no mais tardar, até o final de 2025.

*“A floresta amazônica é o último lugar no planeta onde a expansão do petróleo deve acontecer – especialmente em um momento em que sabemos que absolutamente nenhuma expansão de combustível fóssil deve ocorrer. Se os bancos têm exclusões no Ártico para proteger a biodiversidade e os ecossistemas frágeis, e a mesma lógica pode ser aplicada à floresta tropical, então por que os bancos não têm exclusões para a Amazônia? A floresta amazônica encontra-se em um ponto de inflexão. Os bancos vão continuar a contar com políticas de gestão de risco medíocres que sequer são seguidas, ou vão tomar medidas enérgicas para de fato cessarem de contribuir com a destruição deste ecossistema vital?”, questiona **Moira Birss, Diretora de Clima e Finanças da Amazon Watch.***

###

## Contatos de mídia

**América do Norte:** Virginia Cleaveland, [media@stand.earth](mailto:media@stand.earth), +1 510 858 9902 e Ada Recinos, [ada@amazonwatch.org](mailto:ada@amazonwatch.org), +1 510 473 7542 (PST)

**América do Sul:** Alejandra Yépez Jácome, +593.992.713.867 ou [ayepz@amazonwatch.org](mailto:ayepz@amazonwatch.org) (Equador), Ricardo Pérez Bailón, +51 1 943992012 ou [rperez@amazonwatch.org](mailto:rperez@amazonwatch.org) (Peru), Camila Rossi, [crossi@amazonwatch.org](mailto:crossi@amazonwatch.org) ou +55.11.98152.8476 (Brasil)

**Europa:** Dave Walsh, [europe@stand.earth](mailto:europe@stand.earth), +34 691 826 764 (CET)